



AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS QUE ORIENTAM O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: OS PCN E A BNCC

Roberta Bohrer da Conceição (UFF)¹
betaboherer@yahoo.com.br

Telma Cristina Pereira (UFF)²
tcaspereira@uol.com.br

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é observar como o tema da variação linguística é tratado por duas políticas linguísticas públicas voltadas para o ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para que seja possível observar como essa temática, que envolve aspectos linguísticos e extralinguísticos, vem sendo abordada em sala de aula, fazemos uma breve análise de três livros didáticos voltados para o 6º ano do Ensino Fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Ensino. Língua portuguesa.

ABSTRACT: The objective of this work is to observe how the theme of linguistic variation is treated by two public language policies for teaching, the Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC). So that is possible to observe how this theme, which involves linguistic and extralinguistic aspects, has been addressed in the classroom, we make a brief analysis of three textbooks, towards at the 6th year of Ensino Fundamental.

KEYWORDS: Linguistic variation. Teaching. Portuguese Language.

INTRODUÇÃO

Não é difícil perceber diferentes formas de falar a língua portuguesa em todo território brasileiro, uma vez que o fenômeno da variação é inerente às línguas e se manifesta em seus diversos níveis.

Para que haja respeito à diversidade sociocultural do Brasil e na tentativa de diminuir o preconceito linguístico, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) vem elaborando políticas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa que levam em conta a variação linguística.

¹ Mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Docente de graduação e pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Estudos de Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).



Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar, brevemente, como dois documentos oficiais abordam o tema da variação linguística, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), distribuído em 1998, e a Base Nacional Comum Curricular³ (BNCC), que teve sua versão final entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2017. Em ambos os documentos o nosso interesse estará voltado para as orientações didáticas dadas aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

Além disso, pretende-se observar, também, como essa forma de diversidade linguística vem sendo abordada pelas instituições de ensino alguns anos após o surgimento dos PCN, através da análise de três livros didáticos voltados para o 6º ano do Ensino Fundamental. Assim, tem-se a intenção de evidenciar se o objetivo de ampliar a visão de língua do aluno, contribuindo para uma maior aceitação das variedades linguísticas que compõem o português do Brasil, pode ser alcançado.

A SOCIOLINGUÍSTICA E OS ESTUDOS DE VARIAÇÃO

A maioria das pessoas, mesmo não tendo um profundo conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento da língua, consegue perceber que ela não apresenta uma unidade, mas sim diversidade. Essa diversidade caracteriza-se pelo uso de variantes linguísticas, ou seja, “duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa” (TARALLO, 2007, p. 5).

O modelo teórico que se interessa pelo estudo dessa variação inerente à língua é a sociolinguística, surgido na década de 1960, a partir das pesquisas de William Labov sobre as mudanças pelas quais o inglês passava na ilha de Martha's Vineyard e na cidade de Nova York. Nessa perspectiva, a sociolinguística é:

³ Disponível em: www.basenacionalcomum.mec.org.br

uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam no meio de comunicação. (CEZARIO e VOTRE, 2013, p. 141)

Esse ramo da linguística também é denominado sociolinguística variacionista, sociolinguística quantitativa ou teoria da variação, pois tem como objetivo “descrever a variação e a mudança linguística, levando em conta o contexto social de produção, observando o uso da língua dentro da comunidade de fala e utilizando um modo de análise quantitativa dos dados obtidos” (LABOV, 1972, p. 208, apud. WIEDEMER, 2008, p. 130). Além disso, essa corrente busca “entender quais são os principais fatores que motivam a variação linguística, e qual a importância de cada um desses fatores no quadro que se apresenta variável” (CEZÁRIO e VOTRE, 2013, p. 141).

A sociolinguística tem como objeto de estudo a língua utilizada no meio social, um sistema que está à disposição dos falantes e que, assim como influencia na cultura de um povo, também é influenciada por ela, através das interações sociais.

A partir dos estudos de Labov, Weinreich e Herzog, tem-se uma ruptura com a identificação entre estruturalidade e homogeneidade, uma vez que “a estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas” (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p. 125). Nessa perspectiva, variabilidade e sistematicidade não são mais excludentes, já que os estudos apontam que a face heterogênea imanente da língua é regular, sistemática e previsível, porque os usos são controlados por variáveis estruturais e sociais (MOLLICA, 2013, p. 27).

As variáveis estruturais, também chamadas de variáveis linguísticas, são os condicionadores internos ao sistema e que se manifestam nos diversos níveis da língua, como o fonético, o lexical, o sintático e o morfológico. Elas se alternam com as

variáveis sociais, ou extralinguísticas, para motivar ou restringir a variação e, dependendo da dimensão externa, são classificadas em: diatópica (depende da região ou lugar), diastrática⁴ (depende de características sociais, como grau de escolaridade, nível socioeconômico, faixa etária), diafásica (depende da situação ou contexto em que o falante se encontra) e diamésica (depende do código utilizado: fala ou escrita).

As pesquisas sociolinguísticas da década de 1960 transformaram a visão idealizada de língua como um sistema homogêneo, dando um novo rumo para os estudos sobre língua(gem), que chegaram ao Brasil e alcançaram as políticas linguísticas voltadas para o ensino.

O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO NOS PCN E NA BNCC

O avanço nos estudos linguísticos que associam língua e sociedade propiciou no Brasil, no início dos anos 80, o surgimento de muitos trabalhos que passaram a ser privilegiados pelas instâncias públicas oficiais, levando a um questionamento sobre as práticas de ensino da língua centradas na tradição normativa. Tudo isso desencadeou um:

esforço de revisão das práticas de ensino da língua, na direção de orientá-las para a ressignificação da noção de erro, para a admissão das variedades linguísticas próprias dos alunos, muitas delas marcadas pelo estigma social, e para a valorização das hipóteses linguísticas elaboradas pelos alunos no processo de reflexão sobre a linguagem e para o trabalho com textos reais, ao invés de textos especialmente construídos para o aprendizado da escrita. (BRASIL, 1998, p. 18)

⁴ De acordo com Faraco (2008, p. 38): “Embora necessárias, são já insuficientes as categorias tradicionais com que a sociolinguística começou a trabalhar, como idade, gênero, etnia, nível de renda e escolaridade. Tornou-se indispensável analisar também as múltiplas redes de relações sociointeracionais de que participam os falantes: elas são fatores diretamente correlacionados com os diferentes modos de falar (e escrever), com as diferentes normas de uma determinada comunidade”



É nesse cenário que aparecem os Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN), no ano de 1997, um documento separado por disciplinas e por segmentos, ou ciclos, que dá orientações para a educação no Brasil. Os PCN surgem, de acordo com o próprio documento, para “de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras” (BRASIL, 1998).

No caso dos PCN de Língua Portuguesa para o terceiro e quarto ciclos (equivalente a 6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, lançado em 1998, objeto da presente avaliação, uma das grandes inovações foi considerar o ensino do tema da variação linguística em sala de aula, como forma de diminuir o preconceito linguístico existente na sociedade.

O documento é dividido em duas partes, uma dedicada à apresentação da área de Língua Portuguesa, e a outra que trata dos objetivos do ensino, dos conteúdos, das orientações didáticas, entre outros, pertinentes à área abordada.

Encontramos, na apresentação da área de Língua Portuguesa, referências à variação linguística, uma vez que esclarece que “a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis”, acrescenta que “ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa” (BRASIL, 1998, p. 29). O documento também ressalta que “a imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, (...) não se sustenta na análise empírica dos usos da língua” (BRASIL, 1998, p. 29).

Na segunda parte, focada no ensino de Língua Portuguesa, dedica um capítulo específico para tratar das orientações didáticas para o conteúdo variação linguística, no qual indica que:

a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística. Desse modo, não pode tratar as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela



gramática tradicional e das formas diferentes daquelas que se fixaram na escrita como se fossem desvios ou incorreções. (BRASIL, 1998, p. 82)

No decorrer do texto, o documento evidencia que a discriminação de algumas variedades tem a ver com os conflitos sociais e que o preconceito linguístico deve ser combatido como qualquer outro tipo de preconceito, destacando o papel importante da escola para que isso ocorra.

Os PCN também propõem algumas atividades que privilegiam os diversos tipos de variação (diacrônica, diafásica, diastrática e diatópica), embora não fale de forma específica sobre os dialetos, e nem cite a variação entre o português do Brasil e o utilizado em outros países, como Portugal, Angola e Moçambique.

Podemos observar, no decorrer da análise, que grande ênfase é dada à variação diamésica, uma vez que é recorrente no texto a citação das diferenças entre fala e escrita.

Já a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) é, de acordo com o seu texto, “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BNCC, 2017, p. 7). Dessa forma, com esse novo instrumento o governo tem a intenção de diminuir as desigualdades educacionais, ao definir o que é essencial no ensino dos alunos, ao longo do processo de escolarização.

A elaboração da BNCC iniciou-se em Junho de 2015, tendo a primeira versão disponibilizada para consulta de outubro de 2015 até março de 2016. A segunda versão, revista e ampliada, foi publicada em maio de 2016 estando disponível para debate a partir de junho de 2016. Em abril de 2017, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a versão final da Base, para que seja elaborado um parecer e um projeto de resolução, de forma que o documento seja homologado.



A BNCC é estruturada tendo como alicerce as competências gerais que os alunos precisam desenvolver em cada etapa da educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental – dividido em Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano) – e Ensino Médio. Os Ensinos Fundamental e Médio são organizados em torno de quatro áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Nessa perspectiva, o nosso interesse se volta para a área de Linguagens, uma vez que nela se encontra o componente curricular Língua Portuguesa, além dos componentes Arte, Educação Física e Língua Inglesa (este último apenas nos Anos Finais).

A partir desse momento será enfocada apenas a parte da BNCC, aquela que trata do Ensino Fundamental, mais especificamente dos Anos Finais, pretendemos, assim, conseguir fazer uma comparação entre este documento e o que foi analisado anteriormente, os PCN.

Na apresentação da área de Linguagens para o Ensino Fundamental, ressalta que esses quatro componentes estão agrupados em uma mesma da área de conhecimento, pois entende que “interagir em diversas línguas, manifestações artísticas e práticas corporais gera um tipo específico de conhecimento” (BNCC, 2017, p. 60).

Analisando a apresentação da área de Língua Portuguesa, observamos que ela está dividida em cinco eixos organizadores, com o intuito de dar conta da diversidade de modalidades (verbal, visual, gestual, sonoro) e usos da língua escrita e oral: Oralidade, Leitura, Escrita, Conhecimentos linguísticos e gramaticais e Educação literária. Por essa divisão já se pode perceber que este documento, assim como os PCN, dá importância à variação diamésica. Também destaca, no entanto, outros tipos de variação ao caracterizar o eixo Oralidade, como podemos perceber no trecho abaixo:

a língua oral não é uniforme, pois varia em função de diferenças de registros – formais ou informais –, de diferenças regionais (relativamente numerosas na vastidão do território nacional), de diferenças sociais (determinadas pelo pertencimento a esta ou àquela camada social). (BNCC, 2017, p. 64)



Ao observar as competências específicas desse componente para o Ensino Fundamental, duas competências nos chamaram atenção devido ao fato de destacarem a parte social da língua e a heterogeneidade linguística: “compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso” e “demonstrar atitude respeitosa diante de variedades linguísticas, rejeitando preconceitos linguísticos” (BNCC, 2017, p. 66).

Os cinco eixos organizadores são utilizados como base durante todo o processo de descrição das aprendizagens pretendidas para o Ensino Fundamental – Anos Finais, sendo que, para cada um dos eixos, são destacados as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades.

Diferente dos PCN que, embora citem que o tema da variação linguística deve ser tratado na área de Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano, não especifica qual seria o momento adequado, a BNCC prescreve o tratamento dessa temática durante todo o segundo segmento do Ensino Fundamental.

Nesta perspectiva, o tratamento da variação linguística deverá dar-se em todos os anos, do 6º ao 9º, inserido no eixo Oralidade, cujo objeto de conhecimento dos alunos é descrito como “processos de variação linguística”.

As habilidades desenvolvidas durante o tratamento do tema serão, de acordo com o texto analisado, “justificar fatores determinantes de registro linguístico (formal, informal), como: contexto, ambiente, tema, estado emocional do falante, grau de intimidade entre os falantes”, “adequar o nível de formalidade da fala aos temas, contextos/situações, interlocutores”, “reconhecer a manifestação de preconceitos linguísticos como formas de discriminação e dominação” e “Respeitar a variação linguística por características sociais, regionais, urbanas e rurais da fala, rejeitando preconceitos linguísticos”.

Podemos perceber, através dessa breve análise, que temos uma grande preocupação por parte do texto da BNCC com os diferentes tipos de variação, uma vez que, além de destacar a diferença entre as práticas de oralidade e as práticas de escrita, relacionadas à variação diamésica, também se importa com as variações diafásica, diastrática e diatópica.

Para que uma política linguística seja bem-sucedida, no entanto, é necessário pensar em sua aplicação ou implementação, denominada planejamento linguístico. Desta forma, política linguística e planejamento linguístico são eixos interligados uma vez que “o primeiro eixo tem tradicionalmente se voltado para uma prática de caráter estatal-legislativo (...). O segundo eixo tem focado a implementação das decisões sobre a língua através de estratégias (políticas)” (COOPER, apud SEVERO, 2013, p. 451).

Na próxima seção, poderemos observar como se deu a implementação da política linguística dos PCN, através da análise da adequação dos livros didáticos às exigências desse documento, no que refere à variação linguística.

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS

As políticas linguísticas analisadas acima, que propõem, entre outros, a inclusão do tema variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa, são implementadas através do ensino, utilizando como instrumento os livros didáticos, que tiveram de se adaptar as novas orientações dos PCN e deverão, após a finalização do processo, adaptar-se às orientações da BNCC.

Por esse motivo, a partir de agora, o presente trabalho propõe-se a analisar como se dá o tratamento da variação linguística nesses instrumentos, observando três livros didáticos, de diferentes editoras, do 6º ano do ensino fundamental, que é a fase do ensino fundamental que as editoras costumam tratar desse tema.

O livro *Língua Portuguesa*, da coleção *Eu gosto mais*, editora IBEP, é dividido em quatro unidades, cada uma constituída por dois capítulos. O tema da variação



linguística é tratado somente no capítulo 1 da unidade 2, na seção *Reflexão sobre o uso da língua*, na mesma onde são ensinados os aspectos gramaticais, como as classes de palavras. Apresenta o tema com a seguinte frase: “A senhora vem de calça comprida, e a gente aparecemos de qualquer jeito”, mostrando a variação diastrática no nível morfossintático da língua, variedade a qual está ligada aos falantes das classes menos favorecidas economicamente e com menos escolaridade. Na explicação do tema cita que há falares “mais prestigiados” e “menos prestigiados” e ainda fala da norma-padrão, como sendo “um modelo ideal de língua” e a norma urbana de prestígio, que corresponde ao “uso da língua em ambientes urbanos e costuma ser utilizada por pessoas com maior grau de escolaridade”. Ressalta, ainda, que há outras variedades, “outras maneiras de falar e ‘escrever’”, que variam conforme o tempo em que se vive, lugar onde se mora, idade, sexo, entre outros, mas não cita exemplos dessas variedades. Depois das atividades, apresenta mais uma explicação, na qual fala sobre a variação diafásica, dividindo a linguagem em formal e informal e falando da necessidade de se adequar às situações de comunicação. Os demais exercícios também são sobre esse tipo de variação.

Infelizmente, essa abordagem não dá conta de toda a riqueza do tema, pois, embora cite rapidamente os diferentes tipos de variação, não exemplifica, o que seria interessante para que os alunos pudessem perceber esse processo nos outros níveis da língua, como o lexical, por exemplo. Dedicar grande atenção à variação diafásica, com exercícios que privilegiam as diferentes situações de comunicação. Além disso, esse tema só é tratado em um único momento em todo o livro e na mesma seção das análises gramaticais, não dando conta da importância sociocultural e político-ideológica que o tema apresenta.

O segundo livro é o *Tempo de Português*, da Editora do Brasil, dividido em oito temas. A variação linguística aparece na seção Tempo de Linguagem que, segundo os autores, “aborda conceitos linguísticos que não são contemplados pela gramática além de assuntos relacionados aos aspectos expressivos da língua”, mas somente nos temas 6 (A origem da língua portuguesa e suas variações) e 7 (Variedade linguística). No



primeiro cita os diversos países onde a língua portuguesa é falada, ressaltando a variação lexical presente entre as variedades. Também fala sobre a variação fonológica entre o português do Brasil e o português de Portugal. Nos exercícios chama a atenção para o fato de haver diferentes sotaques no Brasil. No tema 7, fala sobre a variação diatópica, citando exemplos no nível lexical, pois mostra as palavras que são utilizadas dependendo da região do país. Também dedica atenção à variação diastrática, denominada “variedade” sociocultural, e à diafásica, diferenciando linguagem formal e informal. Fala que esses dois tipos de variação, diastrática e diafásica, estão inseridas na “variedade” geográfica.

Embora a autora faça uma confusão entre variação e variedade, esse manual didático se mostra mais completo na medida em que explica de forma mais detalhada o fenômeno da variação, mas somente contemplou os níveis lexical e fonético, não citando, por exemplo, a variação do nível morfossintático da língua, muito importante por explicitar as características socioculturais dos falantes. Não cita a variação diamésica e nem a diacrônica, que são orientadas pelos dois documentos oficiais analisados anteriormente, devido a importância das diferenças entre fala e escrita e da necessidade de o aluno entender textos de diferentes épocas.

O último livro analisado é o *Araribá Plus Português*, da Editora Moderna, dividido em oito unidades, cada uma com seu título e tema. O tratamento da variação linguística se dá em dois momentos na primeira unidade, na seção Estudo da Língua, a mesma que tratará, nas próximas unidades, do estudo das classes gramaticais. Em Estudo da Língua I, cujo título é “Linguagem e Língua”, além de falar sobre as diferenças entre esses dois termos, tem-se a inclusão de um quadro denominado “Saiba +” no qual os editores mostram, brevemente, “O Português no mundo”, citando os países onde o português é língua oficial, dessa forma, tratam da variação diatópica, mais precisamente nos níveis fonológico e lexical ao explicar que “há palavras, maneiras de pronunciar e formas gramaticais diferenciadas” na língua utilizada em cada um dos países.



Na outra parte, Estudo da Língua II, cujo título é “Variedades linguísticas, linguagem formal e linguagem informal”, mostra de forma mais específica a variação interna do português brasileiro. Apresenta o tema com uma tirinha, na qual os personagens principais utilizam-se de variedades linguísticas diferentes: a professora, detentora de uma variedade denominada norma urbana de prestígio; e o aluno, usuário de uma variedade “diferente”, explicando que esses dois usos diferenciados constituem o “fenômeno da variação ou variedade linguística e que ocorre em todas as línguas do mundo”. Além disso, explica que “as variedades estão relacionadas a diversos fatores, como a faixa etária dos falantes, seu nível de escolaridade, a região onde moram, os grupos sociais aos quais pertencem e o contexto da comunicação”, assinalando, assim, as variações diatópica, diafásica e diastrática. Dá atenção especial às variações diatópica e diastrática, pois apresenta partes separadas dentro do texto com os subtítulos “Variedades regionais”, “Linguagem formal e linguagem informal” e “Gírias ou jargões”, explicando e exemplificando esses tipos de variação através da utilização de histórias em quadrinhos e de uma piada.

Mesmo que o livro apresente bastantes exercícios para explorar o tema da variação linguística, em nenhum momento foi privilegiada a variação diamésica, tão explicada nos PCN. Ao definir norma urbana de prestígio, termo que também aparece na literatura especializada como norma culta ou norma urbana culta, confunde-a com a norma-padrão, pois diz que é caracterizada “pelo uso da língua de acordo com as regras que aprendemos na escola”, de acordo com “a gramática normativa ou gramática padrão”. Além disso, novamente há uma confusão entre os termos variação e variedade.

Por tudo o que foi visto, pode-se comprovar o que afirma Faraco (2008) em um dos seus textos, já que segundo o autor:

Nos livros, os fenômenos de variação são ainda marginais e maltratados (são abordados tendo a cultura do erro como pano de fundo). Quando se fala em variedades da língua, predominam referências à variação geográfica (sem dúvida, a mais fácil de ser abordada por envolver menos preconceitos do que a variação social).



[...] Os livros exploram superficialmente a variação estilística. Dificilmente consideram que, em língua, o que ocorre são contínuos de variação e não recortes estanques. Os livros tendem a bater na tecla de que há uma relação um a um entre situação e variedade da língua. [...] Mais importante: raramente os livros didáticos tratam da variação social – isto é, dos contrastes, conflitos, aproximações e distanciamentos entre as variedades do português. (FARACO, 2008, p. 177-178)

Dessa forma, podemos perceber que, embora os livros didáticos tenham incluído a variação linguística no ensino de Língua Portuguesa, o tratamento dado a esse tema está longe de ser o adequado, visto que há imprecisão no uso da nomenclatura relacionada, além de faltar explorar muito mais os tipos de variação e os níveis da língua nos quais o fenômeno se manifesta para que se dê conta de toda a sua complexidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas linguísticas provocaram um grande avanço no ensino de língua portuguesa, principalmente a partir do momento em que os órgãos públicos atentaram para esses estudos e criaram políticas educacionais voltadas não mais à passagem de conhecimento para um aluno passivo, mas à formação de cidadãos reflexivos e atuantes na sociedade.

A inserção do ensino da variação linguística nas salas de aula, iniciada com os PCN, foram citadas por outros documentos, e se mantém até os dias atuais, como podemos perceber pelas propostas bem mais detalhadas da BNCC. Mas, embora no plano teórico seja algo bem palpável, no dia a dia da prática pedagógica do professor, não é algo que flui tão bem, devido à falta de uma formação adequada do próprio professor, aliada às péssimas condições de trabalho e ao desinteresse por parte dos alunos.



Além disso, parece, pela análise feita acima, que muitos livros didáticos não privilegiam a importância da variação linguística como forma de identidade sociocultural dos indivíduos, atendo-se, apenas, ao fato de existirem formas diferentes de se expressar e que nenhuma deve ser considerada errada, apenas adequadas a situações diferentes.

Muito ainda precisa ser feito para que haja uma aceitação da diversidade cultural brasileira e para que o preconceito, seja ele linguístico ou não, diminua. Para isso, não basta apenas pensar em boas políticas públicas, mas, e sobretudo, na sua implementação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araribá Plus Português (Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna). 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. “Sociolinguística”. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 141-155.

FACACO. Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília. “Fundamentação teórica: conceituação e delimitação”. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 9-14.

OLIVEIRA, Tânia Amaral (et al.). **Língua Portuguesa**: 6º ano. 1. ed. São Paulo: IBEP, 2012.

PIRONTI, Sandra. **Tempo de Português**, 6º ano: ensino fundamental. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2011.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) Linguística(s) e questões de poder. **Alfa**, São Paulo, 57 (2), p. 451-473, 2013.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos, Dialetológicos e Discursivos - NUPESDD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 8 • Número 23 • Ago/Nov 2017

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

WIEDMER, Marcos Luiz. Introdução aos conceitos básicos da sociolinguística. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 03, p. 129 – 140, 2009.

Recebido Para Publicação em 23 de junho de 2017.

Aprovado Para Publicação em 13 de setembro de 2017.